

## Proc. Administrativo 1.885/2023

**De:** Karla S. - SEMSUP

**Para:** SEMFIP -CONT - Contabilidade

**Data:** 27/07/2023 às 16:28:23

**Setores (CC):**

SEMFIP -CONT

**Setores envolvidos:**

SEMSUP, SEMSUP-CLIXO, SEMFIP -CONT

### PRORROGAÇÃO CONTRATO DE CORTE

**Secretaria Solicitante\*:**

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Pavimentação

**Nº Processo Licitatório\*:**

5722/2022

**ARP ou Contrato\*:**

140/2022

**Objeto do contrato/ata\*:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CORTE DE ÁRVORES.

**Nome/Razão social do contratado\*:**

T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO

**CPF/CNPJ\*:**

15.835.681/0001-85

**Vencimento do contrato\*:**

24/08/2023

**Período de prorrogação\*:**

12 MESES

**Novo vencimento contrato\*:**

24/08/2024

**Valor do aditivo\*:**

0,00

**Valor Global do Contrato(R\$)\*:**

00,00

**Justificativa da prorrogação\*:**

A prorrogação de serviços de corte de árvores, se faz necessária devido a grande quantidade de árvores com necessidade de serem retiradas município. São árvores que danificam calçadas, prejudicando a acessibilidade dos pedestres, além de colocar em risco obras, casas e pessoas.

Considerando que os serviços apresentam qualidade e preços satisfatórios e que os mesmos são de uso constante, a manutenção da limpeza urbana nas avenidas, ruas, praças é estritamente necessária para propiciar melhor qualidade de vida à população. Além disso, o Município não dispõe de equipamentos e pessoal suficientes para a realização destes serviços.

---

—  
**Karla Tatiane Macario de Oliveira Dos Santos**

**Anexos:**

Certidao\_estadual.pdf

Certidao\_federal.pdf

Certidao\_FGTS.pdf

certidao\_trabalhista.pdf

CONTRATO\_140.pdf

contrato\_social.pdf

DECLARACAO\_UNIFICADA\_\_T\_DA\_COSTA.pdf

Solicitacao\_empresa.pdf





Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

## **Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 031125899-40**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **15.835.681/0001-85**

Nome: **T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 18/11/2023 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO**  
**CNPJ: 15.835.681/0001-85**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:07:39 do dia 21/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/01/2024.

Código de controle da certidão: **7BC5.A193.3B4C.80BC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e JOSÉ ANTONIO TORRES DOS SANTOS  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/0422-FEBB-C0DD-2FA4>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 15.835.681/0001-85  
**Razão Social:** T DA COSTA MARIA PAISAGISMO  
**Endereço:** R BENJAMIN CONSTANT 220 / JD PANORAMA / UBI RATA / PR / 85440-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 06/07/2023 a 04/08/2023

**Certificação Número:** 2023070601351954019862

Informação obtida em 21/07/2023 11:18:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 15.835.681/0001-85

Certidão nº: 36294763/2023

Expedição: 21/07/2023, às 11:12:01

Validade: 17/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **15.835.681/0001-85**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

**CONTRATO Nº 140/2022**  
**PROCESSO Nº 5722/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado como CONTRATANTE, e a empresa **T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.835.681/0001-85, situada na Rua Benjamin Constant, 220, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85440-000, Telefone nº (44) 9 9910-0070, e-mail thiago\_c.m@hotmail.com, doravante designada como CONTRATADA, firmam o presente contrato que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5722/2022, Pregão 104/2022, e de acordo com as cláusulas a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CORTE DE ÁRVORES**.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto do contrato se dará na seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	Corte de arvore de grande porte, altura acima de 10 metros até 15 metros de altura e DAP maior que 30cm. Código comprasnet 15130	1.300	UN.	769,11	999.843,00

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATADO**

3.1. O valor global da contratação está fixado em **R\$-999.843,00(novecentos e noventa e nove mil e oitocentos e quarenta e três reais)**.

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A vigência da contratação será de doze meses, com início na data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, nos termos do artigo 57, inciso II da Lei 8666/93.

4.2. A prorrogação se dará mediante termo aditivo, desde que atendidos os seguintes requisitos:

A. Prestação regular dos serviços;

- B. Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;  
C. Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração;  
D. Concordância expressa da Contratada pela prorrogação.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

5.1. O contratado prestará garantia de execução do contrato nos moldes do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, com validade durante a execução do contrato e por 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

5.2. No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar pelas modalidades dispostas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% do valor total do contrato por dia de atraso.

5.2.2. O atraso superior a 10 (dez) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.3. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

5.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.3.2. Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

### 5.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, e

5.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

5.4. No caso de apresentação de seguro-garantia como garantia contratual, este deve ter como beneficiário direto, único e exclusivo o Município de Uiratã e cobrir todos os eventos indicados no subitem 5.3.

5.5. No caso de se prestar caução em dinheiro como garantia, a CONTRATADA deverá fazer o devido depósito em favor do Município de Ubitatã, na seguinte conta: Caixa Econômica, Agência 3326, Conta Corrente 47-7 Operação 006.

5.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.



5.7. No caso de apresentação de fiança bancária como garantia, esta deverá ser emitida em nome do Município de Ubiratã, devendo constar do instrumento a renúncia expressa, pelo fiador, do benefício previsto no art. 827, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

5.8. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

5.10. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.11. Será considerada extinta a garantia:

5.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

5.11.2. No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término da vigência do contrato, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado.

5.12. O garantidor não será parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

5.13. A CONTRATADA autorizará o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no presente edital.

5.14. A garantia prestada será restituída ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS**

6.1. A contar do recebimento da ordem de serviços, a CONTRATADA deverá iniciar os serviços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. A ordem de serviços será encaminhada via e-mail, contendo os locais a serem realizados os cortes árvores, com o respectivo cronograma de execução.

6.1.1. Em casos de emergência, entendidos como aqueles decorrentes de queda de árvores, a CONTRATADA deverá iniciar os serviços de imediato a contar do recebimento da ordem de serviços.

6.2. Os serviços serão repassados para a CONTRATADA através de cronogramas/programações periódicas de serviços, indicando o local onde os serviços deverão ser executados.

6.3. Será admitida, com as devidas justificativas, a prorrogação dos prazos de início de execução ou conclusão nas hipóteses estabelecidas no art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução do serviço será de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, de maneira fracionada.

7.2. A CONTRATADA deverá dispor da quantidade fixa de doze funcionários para execução dos serviços, atendendo a distribuição a seguir:

- A. 03 operadores de motosserra;
- B. 03 auxiliares de serviços gerais;
- C. 01 supervisor;
- D. 01 motorista de caminhão;
- E. 01 motorista/operador de caminhão munck;
- F. 01 engenheiro agrônomo ou florestal;
- G. 01 engenheiro de segurança do trabalho;
- H. 01 engenheiro eletricista/técnico eletrotécnica.

7.3. Os serviços compreenderão em:

- A. Sinalizar o local, de acordo com as normas técnicas;
- B. Verificar as ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual de uso obrigatório da equipe de trabalho;
- C. Realizar o corte das árvores;
- D. Realizar a coleta dos resíduos acondicionando-os no caminhão da contratada;
- E. Destinar os resultantes do corte das árvores no depósito de entulhos do CONTRATANTE ou em depósito próprio da CONTRATADA;
- F. Retirar a sinalização após o término do serviço.

7.4. Compreendem os serviços dos operadores de motosserra o corte das árvores, seja em altura, mediante elevação com caminhão munck, ou no chão.

7.5. Compreendem os serviços dos auxiliares de serviços gerais como complementares ao serviço de corte de árvores, com o intuito de promover a rastelagem e coleta manual de todos os resíduos provenientes do corte e acondicionamento dos mesmos em caminhão disponibilizado pela Contratada.

7.6. Compreendem os serviços do supervisor a supervisão, gestão, organização e coordenação da equipe de trabalho, assim como a vistoria dos serviços a serem executados.

7.7. Compreendem os serviços do motorista de caminhão dirigir o veículo de maneira adequada, atendendo as legislações de trânsito pertinentes, responsabilizando-se pelo serviço de destinar os resíduos coletados no depósito previamente indicado de maneira ágil e eficiente.

7.8. Compreendem os serviços do motorista de caminhão munck dirigir o veículo de maneira adequada, atendendo as legislações de trânsito pertinentes, cabendo ao mesmo operar o munck para a elevação segura dos operadores de motosserra nos casos de corte de árvores em altura.

7.9. Compreendem os serviços do engenheiro agrônomo ou florestal a orientação e responsabilização pelo procedimento de corte de árvores, cabendo ao mesmo a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART pelos serviços executados.

7.9.1. A carga horária estabelecida para o engenheiro agrônomo ou florestal é de vinte horas semanais, baseado nas contratações anteriores realizadas pelo Município, sendo a remuneração estabelecida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA para a respectiva carga horária.

7.10. Compreendem os serviços do engenheiro de segurança do trabalho a análise das condições de segurança e salubridade e a criação e implementação de projetos que previnam possíveis acidentes nos locais de execução dos serviços.

7.10.1. A carga horária estabelecida para o engenheiro de segurança do trabalho é de vinte horas semanais, baseado nas contratações anteriores realizadas pelo Município, sendo a remuneração estabelecida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA para a respectiva carga horária.

7.10.2. A critério da CONTRATADA, o engenheiro de segurança do trabalho poderá ser substituído por uma empresa especializada em segurança do trabalho, devendo, neste caso, ser substituída a Planilha de Formação de Custos do profissional pelo contrato ou documento equivalente que comprove os custos de contratação.

7.11. Compreendem os serviços do engenheiro eletricista ou técnico em eletrotécnica a orientação, vistoria e responsabilização pelo procedimento de corte de árvores, em locais próximos as redes energizadas.

7.12. Caso a CONTRATADA danifique as estruturas existentes, tais como quebra de meio-fio, danificação de calçadas, dentre outros, a mesma deverá reparar e arcar com todas as despesas oriundas, dentro do prazo estipulado pelo Fiscal do Contrato. Caso a CONTRATADA não realize os devidos reparos, o CONTRATANTE aplicará multa compensatória, conforme estabelecido no item 17 do presente Termo de Referência.

7.13. CONTRATANTE fará a fiscalização de todos os serviços executados, na medida em que constatado qualquer irregularidade a CONTRATADA será notificada por escrito e deverá regularizar os serviços desconformes em até de 24 (vinte e quatro) horas.

7.14. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela solicitação do desligamento da rede de energia elétrica de alta ou baixa tensão, quando necessário.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DOS EMPREGADOS**

8.1. Os funcionários da CONTRATADA deverão utilizar uniformes que identifiquem a empresa e deverão estar utilizando EPIs apropriados para cada serviço a ser desenvolvido, em conformidade com a legislação e segurança do trabalho.

8.2. A CONTRATADA deverá remunerar seus funcionários, com base nos salários da categoria e respectiva convenção da categoria de trabalho para a qual a região está integrada, com possíveis adicionais que o trabalhador tenha direito decorrente da função desenvolvida, em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho, em vigência na data da apresentação das propostas, da categoria envolvida na prestação dos serviços, Adicional de insalubridade ou periculosidade, quando a função o exigir, acúmulo de função, ou horas extras se necessários, encargos sociais, verbas indenizatórias e provisões: férias, auxílio doença, licença paternidade/maternidade, faltas legais, acidente de trabalho, aviso prévio, 13º salário e outros possíveis.

8.3. A CONTRATADA deverá realizar a prestação dos serviços utilizando mão de obra de seu próprio quadro funcional, em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade por todas as despesas e encargos de qualquer natureza, pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades. Com ênfase na Tributária, Cível, Previdenciária, Trabalhista e Acidentes de Trabalho, bem como assistência médica e/ou outros semelhantes, cedendo cópia de comprovação de quitação à fiscalização do CONTRATANTE, sempre que necessário.

8.4. A CONTRATADA se responsabilizará civil e criminalmente por atos cometidos por seus empregados, contra a Administração Pública e perante terceiros, durante a execução do contrato, sendo que qualquer ação em que figurar o CONTRATANTE como parte da demanda e tenha sido condenado de forma solidária e/ou subsidiária, deverá ser ressarcido o CONTRATANTE, e/ou ensejará ação de regresso para reparação de danos ao erário.

8.5. No prazo de até trinta dias contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato a documentação a seguir, sob pena de rescisão do contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA:

8.5.1. NR01: Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR que conste no mínimo o inventário de riscos e plano de ação.

8.5.2. NR07: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e Atestados de Saúde Ocupacionais - ASO com os respectivos exames médicos admissionais e periódicos quando for o caso.

8.5.3. NR11: Certificado de Capacitação para Operadores de Máquinas com Força Motriz, para o operador de munk.

8.5.4. NR12: Certificado para Operadores de Motosserra.

8.5.5. NR35: Certificado de Capacitação para Trabalho em Altura.

## 9. CLÁUSULA NONA - DOS EQUIPAMENTOS

9.1. A CONTRATADA deverá dispor de equipamentos e materiais para execução dos serviços distribuídos para cada funcionário nas quantidades previstas na Planilha de Formação de Custos.

9.2. A CONTRATADA deverá comunicar o Fiscal do Contrato sempre que houver necessidade reposição dos equipamentos e materiais utilizados, dentro das quantidades previstas na Planilha de Formação de Custos.

9.3. Em caso de pane nas máquinas ou de qualquer outro equipamento a CONTRATADA deverá providenciar, as suas custas, a devida manutenção, devendo obrigatoriamente substituir o equipamento até a manutenção, evitando a paralisação dos serviços. Em hipótese alguma o serviço poderá ser interrompido em decorrência de falhas nos equipamentos utilizados, considerando que todos os insumos previstos na Planilha de Formação de Custos são novos e de primeira qualidade.

9.4. Os veículos fornecidos pela CONTRATADA para a execução dos serviços deverão possuir toda a documentação necessária para sua circulação, dentro das normas e legislações de trânsito vigentes. A CONTRATADA deverá, ainda, providenciar seguro para os veículos utilizados, cobrindo, inclusive, danos a terceiros.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **10.1. Compete à CONTRATANTE:**

10.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;

10.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços através de Fiscal de Contrato especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;

10.1.3. Não permitir que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas em contrato;

10.1.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.6. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.1.7. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.1.8. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.

10.1.10. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;

10.1.11. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

10.1.12. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

10.2. À CONTRATADA, além do fornecimento da mão de obra, obriga-se a:

10.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, efetivar os pagamentos e os ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, vale-refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do Contrato, tendo em vista que os empregados da CONTRATADA não terão nenhum vínculo com a CONTRATANTE;

10.2.2. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

10.2.3. Implantar, dentro de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Autorização de Execução, a mão de obra CONTRATADA, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite de preencher algum cargo conforme o estabelecido;

10.2.4. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela CONTRATANTE;

10.2.5. Substituir em 24 horas, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento estejam em desacordo com os termos do contrato, ou seja, julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do Serviço Público, ou ainda entendida como inadequada para prestação dos serviços;

10.2.6. Manter sediado junto ao CONTRATANTE durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

10.2.7. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

10.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares;

10.2.9. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;



- 10.2.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 10.2.11. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas contratadas;
- 10.2.12. Registrar e controlar, juntamente com o preposto da CONTRATANTE, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, registrando as ocorrências que surgirem e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da fatura;
- 10.2.13. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- 10.2.14. Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento das unidades contratadas.
- 10.2.15. Pagar, no máximo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos seus empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- 10.2.16. Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela CONTRATANTE;
- 10.2.17. O atraso no pagamento de fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;
- 10.2.18. Disponibilizar número de telefone móvel que permita contato imediato entre o Fiscal da CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA de forma permanente, incluindo dias não úteis;
- 10.2.19. Obrigar-se a manter rigorosamente em dia o pagamento das obrigações trabalhistas, devidas aos seus funcionários;
- 10.2.20. Orientar os funcionários para que se comportem sempre de forma cordial, e se apresentem sempre dentro dos padrões de apresentação e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços;
- 10.2.21. Responsabilizar-se por danos ocasionados a CONTRATANTE ou a terceiros, causados durante a execução do contrato, incluso danos causados a bens materiais como veículos, entre outros;
- 10.2.22. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 10.2.23. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

10.2.24. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;

10.2.25. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los à CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO**

11.1. A CONTRATADA deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais e trabalhistas e previdenciárias, bem como às que dizem respeito às normas de segurança do trabalho, previstas na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do contrato, nos termos do § 1º, do Artigo 71, da Lei nº 8.666/93, com alterações subsequentes.

11.2. A CONTRATADA deverá providenciar, sob as penas cabíveis, o uso de equipamentos de segurança obrigatório, de acordo com as normas legais pertinentes, o qual deverá ser rigorosamente observado na execução de obra/serviços objeto do contrato.

11.3. Durante a execução dos trabalhos, a CONTRATADA deverá, quando for o caso, apresentar ao departamento competente os seguintes documentos:

A. Em caso de acidente de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar ao departamento competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMT (serviço especializado em medicina e segurança do trabalho) se houver, investigação do acidente pela CIPA;

B. No caso de acidente fatal a CONTRATADA deverá informar imediatamente a ocorrência ao departamento competente de Segurança do Trabalho e deverá providenciar a emissão da CAT;

11.4. Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar até o segundo dia útil o Relatório de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho do mês anterior, no mínimo com as seguintes informações:

A. Número de funcionários no serviço;

B. Atividades a serem desenvolvidas no serviço;

C. Número de homens/horas trabalhadas;

D. Número de acidentes pessoais e materiais;

E. Número de cursos/treinamentos realizados;

F. Composição do SESMT e da CIPA (onde couber, conforme Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho – NR 4 e NR 5) ou membro da CIPA designado pela CONTRTADA para representá-la no



reuniões da CIPA da Prefeitura Municipal, quando não atingir o número mínimo de funcionários para compor a organização da CIPA da CONTRATADA, conforme NR- 05.

11.5. Em atividades externas, a contratada deverá dispor aos funcionários água potável.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**

12.1. A gestão da contratação ficará a cargo do servidor Ronaldo Felipe Maciel. A fiscalização ficará a cargo do servidor Júlio César Paixão, e na sua ausência a fiscalização ficará a cargo do servidor José Antônio Torres. Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor às ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato.

12.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização.

12.4. Ao Fiscal do Contrato competirá, entre outras atribuições:

- A. Fiscalizar o pagamento dos salários aos empregados da CONTRATADA nos valores previstos na Planilha de Formação de Custos;
- B. Fiscalizar o pagamento dos encargos pela CONTRATADA nos casos previstos na Planilha de Formação de Custos;
- C. Fiscalizar a entrega dos EPI's, materiais e demais equipamentos aos empregados da CONTRATADA, nas quantidades e periodicidades estabelecidas na Planilha de Formação de Custos;
- D. Acompanhar se a execução do contrato está sendo realizada com a quantidade de empregados constantes na Planilha de Formação de Custos;

12.5. Ao preposto da CONTRATADA competirá, entre outras atribuições:

- A. Representar os interesses da CONTRATADA perante a Administração;
- B. Realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;
- C. Manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos serviços executados;
- D. Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com esclarecimentos julgados necessários;

E. Solicitar a presença imediata da fiscalização do CONTRATANTE em caso de acidentes durante a execução dos serviços que ocasionem ou não danos pessoais, materiais, em bens do CONTRATANTE ou de terceiros.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão realizados por ordem de serviço e tomarão por base a quantidade de árvores efetivamente cortadas no período de referência. Para aferição das metas será avaliado a execução dos serviços, as programações estabelecidas e a manutenção da conservação das áreas.

13.2. Caso ocorra a execução dos serviços de forma irregular, será aferido o percentual não executado sendo esse glosado no momento do pagamento dos serviços do período em referência, exceto mediante a ocorrência de fato relevante e devidamente justificado pelo Contratado, sendo assim, não podendo o prazo para a plena regularização e restabelecimento da limpeza exceder a um dia útil.

13.3. Os pagamentos dos serviços executados serão efetuados pela CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal/ fatura e dos documentos fiscais devidos, (SEFIP, GFIP, relação de empregados em cada posto de trabalho, inclusive os afastados por motivo de doença ou férias), contados a partir da data da entrega e condicionado ao seu recebimento definitivo, através de pagamento em carteira, ou seja, credito em conta bancária, de titularidade da CONTRATADA.

13.4. A CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de pagamento da remuneração correspondente ao mês da efetiva prestação dos serviços, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, além da Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS) e o Certificado do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

13.4.1. No caso de a CONTRATADA optar pelo pagamento do seguro veicular de maneira parcelada, deverá ser apresentado mensalmente a comprovação do pagamento da respectiva parcela do prêmio.

13.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

13.6. A efetivação do pagamento dar-se-á após a entrega da Nota Fiscal/Fatura na Secretaria de Serviços Urbanos do Município de Ubitatã, que providenciará o atesto do servidor competente de acordo com as normas internas em vigor.

13.7. Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.

13.8. Qualquer irregularidade ou atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará na

interrupção e alteração do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

13.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização financeira.

13.10. A CONTRATADA deverá fazer constar em sua nota fiscal a mão de obra efetivamente fornecida, que será verificada e atestada por servidor designado pela Administração.

13.11. Somente será paga a mão de obra efetivamente fornecida, ou seja, de acordo com a autorização de fornecimento respectiva e Nota Fiscal atestada como “Serviço Executado”.

13.12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamentos provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro-rata” do IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

13.13. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
10.04	8115	339039820 200	LIMPEZA E CONSERVACAO DE ESPACOS PUBLICO	Livre	R\$ 1.422.671,76

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COMPENSAÇÃO

14.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REAJUSTE

15.1. Os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

15.2. O reajuste do preço referente aos insumos estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

15.3. O reajuste dos itens envolvendo a folha de salários será efetuada com base na convenção ou acordo coletivo indicado na planilha de composição de custos unitários.

15.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

16.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.2. A contratada fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

17.1. Os preços contratados poderão ser alterados visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

17.2. Em eventual solicitação de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido de reequilíbrio econômico financeiro ao Gestor do Contrato, demonstrando quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato.

17.3. Recebida a solicitação, a CONTRATANTE verificará os custos dos itens constantes da proposta da CONTRATADA, o percentual de desconto ofertado para a licitação e a ocorrência de fato que justifique modificações do contrato.

17.4. É vedado a Contratada interromper a execução do objeto durante a avaliação do pedido de reequilíbrio.

17.5. O pedido de reequilíbrio será analisado pelo gestor do contrato em até 30 dias.

17.6. Caso não seja concedido o reequilíbrio ou haja redução dos preços, a Contratada deverá dar continuidade à execução do objeto nos preços fixados no respectivo instrumento contratual.

17.7. Caso o CONTRATANTE verifique que os valores dos serviços sofreram queda com relação ao contrato, os mesmos também poderão ser reequilibrados.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

18.1.1. Advertência;

18.1.2. Multa;

18.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.2. As multas poderão ser de caráter moratório, pelo atraso injustificado na execução do objeto do contrato, nos seguintes percentuais:

A. 1% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

B. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

18.3. As multas poderão ser de caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

A. 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor contratual, calculada em dobro nos casos de reincidência, quando a CONTRATADA:

I. Deixar de fornecer ou fornecer de forma incorreta os equipamentos e materiais informados na Planilha de Custos e Formação de Preços, sem a devida correção/substituição no prazo estabelecido pelo Fiscal do Contrato;

II. Efetuar os reparos necessários em caso de danos ocasionados ao Município e/ou a terceiros fora do prazo estabelecido pelo Fiscal do Contrato;

III. Não efetuar os pagamentos aos empregados na forma e prazo estabelecido em contrato;

IV. Não realizar as correções estipuladas pelo Fiscal do Contrato em casos de execução do objeto de forma incorreta.

B. 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

C. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela sua inexecução total.

18.4. A CONTRATADA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

A. Abandonar a execução do contrato;

B. Incorrer em inexecução contratual, parcial ou total; e

C. Demais hipóteses previstas em lei.

18.5. A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

A. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução contratual;

B. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação contratual;

C. Demais hipóteses previstas em lei.

18.6. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

A. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

B. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

18.7. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

18.8. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

18.8.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

18.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.10. Concomitante às penalidades previstas, a CONTRATADA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

18.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.12. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.



## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

19.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

19.1.1. A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;

19.1.2. As hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

19.2. A rescisão do contrato poderá ser:

19.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

19.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

19.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

19.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

20.1. À CONTRATADA é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do contrato.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - VINCULAÇÃO AO CONTRATO**

21.1. Ficam vinculados ao contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da CONTRATADA.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO**

22.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

22.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou

entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

22.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

22.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

### **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

23.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

### **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

24.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

### **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO**

25.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 24 de agosto de 2023.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito

**T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO**  
Representante legal da empresa



**ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE  
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E CONSOLIDAÇÃO  
T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO  
CNPJ nº: 15.835.681/0001-85  
NIRE: 41801138233**

**THIAGO DA COSTA MARIA**, brasileiro, maior e capaz, empresário, solteiro, natural de Ubitatã - PR, nascido em 10/07/1988, portador da carteira de identidade RG nº 9.629.173-6/SESP-PR e CNH/DETRAN/PR nº 04068501207, inscrito no CPF nº 057.773.419-93, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 220, Jardim Panorama, na cidade de Ubitatã - PR, CEP: 85.440-000.

Empresário Individual, sob o nome empresarial **T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO**, com sede e foro na Rua Benjamin Constant, 220, Jardim Panorama, na cidade de Ubitatã - PR, CEP 85.440-000, inscrito no CNPJ nº 15.835.681/0001-85, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE nº 41801138233 em 03/07/2012 e última alteração registrada em 03/10/2019 sob o nº 20196065437, resolve alterar e consolidar os mesmos mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira - Do Objeto:** O Empresário Individual passa a ter por objeto o as seguintes atividades econômicas:

- 1) Atividades de limpeza de ruas. (8129-0/00)
- 2) Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal. (7729-2/02)
- 3) Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas. (4213-8/00)
- 4) Serviços de reboque de veículos. (5229-0/02)
- 5) Obras de terraplenagem. (4313-4/00)
- 6) Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás. (4322-3/01)
- 7) Serviços de pintura de edifícios. (4330-4/04)
- 8) Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras. (4399-1/04)
- 9) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. (4930-2/01)
- 10) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. (4930-2/02)
- 11) Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes. (7739-0/03)
- 12) Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador. (7739-0/99)
- 13) Atividades paisagísticas. (8130-3/00)
- 14) Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas. (8230-0/01)
- 15) Locação de meios de transporte como: caminhão, sem condutor. (7719-5/99)
- 16) Coleta de resíduos não-perigosos. (3811-4/00)



**ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE  
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E CONSOLIDAÇÃO  
T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO  
CNPJ nº: 15.835.681/0001-85  
NIRE: 41801138233**

**17) Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador. (7731-4/00)**

**Cláusula Segunda: - Das Disposições Finais:** Ficam inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidem com as disposições do presente instrumento.

**Cláusula Terceira - Da Consolidação do Instrumento:** Tendo em vista as modificações ora ajustadas, consolida-se o Instrumento Constitutivo, que passa a ter a seguinte redação:

**INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO CONSOLIDADO  
T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO  
CNPJ: 15.835.681/0001-85  
NIRE: 41801138233**

**THIAGO DA COSTA MARIA**, brasileiro, maior e capaz, empresário, solteiro, natural de Ubatã - PR, nascido em 10/07/1988, portador da carteira de identidade RG nº 9.629.173-6/SESP-PR e CNH/DETRAN/PR nº 04068501207, inscrito no CPF nº 057.773.419-93, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 220, Jardim Panorama, na cidade de Ubatã - PR, CEP: 85.440-000.

Empresário Individual, sob o nome empresarial **T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO**, com sede e foro na Rua Benjamin Constant, 220, Jardim Panorama, na cidade de Ubatã - PR, CEP 85.440-000, inscrito no CNPJ nº 15.835.681/0001-85, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE nº 41801138233 em 03/07/2012 e última alteração registrada em 03/10/2019 sob o nº 20196065437; Resolve assim, consolidar o Instrumento de Inscrição mediante as cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira - Do Nome Empresarial, Sede e Foro:** O Empresário Individual gira como nome empresarial de **T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO**, e tem sua sede e foro na **Rua Benjamin Constant, 220, Jardim Panorama, na cidade de Ubatã - PR, CEP: 85.440-000.**

**Cláusula Segunda - Filiais e Outras Dependências:** Poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração deste instrumento na forma da lei, e assinada pelo Empresário Individual.

**Cláusula Terceira - Do Objeto:** O Empresário Individual tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

**1) Atividades de limpeza de ruas. (8129-0/00)**

**2) Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal. (7729-2/02)**





**ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE  
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E CONSOLIDAÇÃO  
T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO  
CNPJ nº: 15.835.681/0001-85  
NIRE: 41801138233**

---

- 3)Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas. (4213-8/00)
- 4)Serviços de reboque de veículos. (5229-0/02)
- 5)Obras de terraplenagem. (4313-4/00)
- 6)Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás. (4322-3/01)
- 7)Serviços de pintura de edifícios. (4330-4/04)
- 8)Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras. (4399-1/04)
- 9)Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. (4930-2/01)
- 10)Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. (4930-2/02)
- 11)Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes. (7739-0/03)
- 12)Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador. (7739-0/99)
- 13)Atividades paisagísticas. (8130-3/00)
- 14)Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas. (8230-0/01)
- 15)Locação de meios de transporte como: caminhão, sem condutor. (7719-5/99)
- 16)Coleta de resíduos não-perigosos. (3811-4/00)
- 17)Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador. (7731-4/00)

**Cláusula Quarta - Capital Social:** O capital é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do País.

**Cláusula Quinta - Desimpedimento:** O Empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

**Cláusula Sexta - Declaração de Enquadramento:** O Empresário declara sob as penas da Lei, que a empresa:

- a) Enquadra-se na condição de **MICROEMPRESA**;
- b) O valor da receita bruta anual da sociedade não excederá o limite fixado no inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;
- c) Não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do artigo 3º da mesma Lei.



**ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE  
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E CONSOLIDAÇÃO  
T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO  
CNPJ nº: 15.835.681/0001-85  
NIRE: 41801138233**

---

**Cláusula Sétima - Foro:** Fica eleito o Foro da Comarca de Ubatã – PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Instrumento de Inscrição Consolidado renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estar de acordo, assina a presente alteração.

Ubatã – PR, 10 de fevereiro de 2022.

  
**Thiago da Costa Maria**



## TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, CLAUDEMIR CICILIATO, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 031050, expedida em 25/08/2008, inscrito no CPF nº 58016368972, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
58016368972	031050	CLAUDEMIR CICILIATO



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/02/2022 09:59 SOB Nº 20220904731.  
PROTOCOLO: 220904731 DE 17/02/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12202182777. CNPJ DA SEDE: 15835681000185.  
NIRE: 41801138233. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/02/2022.  
T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



## DECLARAÇÃO UNIFICADA

RAZÃO SOCIAL: T DA COSTA PAISAGISMO

CNPJ: 15.835.681/0001-85

ENDEREÇO: Rua Benjamin Constant, nº220, panorama – Ubiratã - PR

TEL: 044-99910-0070

E-MAIL: thiago\_c.m@hotmail.com

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

A. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

B. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubiratã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Ubiratã, 24 de Julho de 2023.

T DA COSTA MARIA  
PAISAGISMO:15835  
681000185

Assinado de forma digital  
por T DA COSTA MARIA  
PAISAGISMO:1583568100018  
Dados: 2023.07.24 08:11:07  
-03'00'

**THIAGO DA COSTA MARIA**  
CPF nº 057.773.419-93  
RG nº 9.629.173-6

# T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ – PR

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 104/2022

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 5722/2022

## **CONTRATO Nº 140/2022**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CORTE DE ARVORE DE GRANDE PORTE, ALTURA ACIMA DE 10 METROS ATÉ 15 METROS DE ALTURA E DAP MAIOR QUE 30CM. CÓDIGO COMPRASNET 15130.**

Ilmo. Sr. (a) Pregoeiro (a), e membros da equipe de apoio.

## **REQUISIÇÃO DE ADITIVO DE PRAZO – CONTRATO Nº 140/2022**

A empresa T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO, estabelecida à rua Benjamim Constant, 220, Jardim Panorama – CEP 85440-000 – Ubatã – PR, telefone (44) 9 9910-0070, e-mail [thiago\\_c.m@hotmail.com](mailto:thiago_c.m@hotmail.com), inscrita no CNPJ sob nº 15.835.681/0001-85 neste ato representado pelo Sr. THIAGO DA COSTA MARIA, Sócio Administrador, brasileiro, solteiro, RG 9.629.173-6 SESP/PR, CPF 057.773.419-93, residente à rua Benjamim Constant, 220, Jardim Panorama – CEP 85440-000 – Ubatã – PR:

Vem por meio deste, manifestar o interesse na renovação do Contrato nº 140/2022 por mais 12 meses, repetindo o saldo inicial, e assim dar continuidade na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CORTE DE ARVORE DE GRANDE PORTE, ALTURA ACIMA DE 10 METROS ATÉ 15 METROS DE ALTURA E DAP MAIOR QUE 30CM. CÓDIGO COMPRASNET 15130**, mantendo as mesmas cláusulas e condições contratuais existentes.

Ubatã, 24 de julho de 2023.

T DA COSTA MARIA  
PAISAGISMO:15835  
681000185

Assinado de forma digital por T  
DA COSTA MARIA  
PAISAGISMO:15835681000185  
Dados: 2023.07.24 08:07:18  
-03'00'

**T DA COSTA MARIA – PAISAGISMO.**  
**Thiago da Costa Maria - Sócio Administrador**  
**RG 9.629.173-6 SESP-PR / CPF 057.773.419-93**

Assinado por 2 pessoas: RONALDO FELIPE MACIEL e JOSÉ ANTONIO TORRES DOS SANTOS  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/0422-FEBB-C0DD-2FA4> e informe o código 0422-FEBB-C0DD-2FA4



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0422-FEBB-C0DD-2FA4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RONALDO FELIPE MACIEL (CPF 018.XXX.XXX-05) em 28/07/2023 16:29:21 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JOSÉ ANTONIO TORRES DOS SANTOS (CPF 467.XXX.XXX-68) em 31/07/2023 15:56:34  
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/0422-FEBB-C0DD-2FA4>



**Proc. Administrativo 1- 1.885/2023**

**De:** Cristiane Z. - SEMFIP -CONT

**Para:** SEMSUP - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Pavimentação - A/C Karla S.

**Data:** 31/07/2023 às 11:39:20

Não foi identificada a dotação a ser utilizada.

—

\*

**Proc. Administrativo 2- 1.885/2023**

**De:** Karla S. - SEMSUP

**Para:** SEMFIP -CONT - Contabilidade

**Data:** 31/07/2023 às 13:44:30

Boa tarde,

Conforme orientado pelo setor de licitação não foi colocado dotação orçamentária porque se refere apenas a prorrogação de prazo, já que ainda existe saldo no contrato, sendo assim utilizando a mesma dotação já existente.

—

**Karla Tatiane Macario de Oliveira Dos Santos**

**Proc. Administrativo 3- 1.885/2023**

**De:** Cristiane Z. - SEMFIP -CONT

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 01/08/2023 às 14:51:22

—

.

## Proc. Administrativo (Nota interna 04/08/2023 10:29) 1.885/2023

**De:** Altair P. - SEMAD-LICIT

**Para:** -

**Data:** 04/08/2023 às 10:29:14

**Setores envolvidos:**

GP, PGM-ASSEJUR, SEMAD-LICIT, SEMSUP, SEMSUP-CLIXO, SEMFIP -CONT

### PRORROGAÇÃO CONTRATO DE CORTE

Prezado,

Venho por meio deste, solicitar assinatura para anuência em relação ao pedido apresentado de dilação de prazo no processo que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CORTE DE ÁRVORES.

—

**Altair da Silva Pereira**

*Chefe de Divisão de Licitação*



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5E94-9626-2660-33C0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO (CPF 600.XXX.XXX-59) em 04/08/2023 16:46:13 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/5E94-9626-2660-33C0>

**De:** Altair P. - SEMAD-LICIT

**Para:** PGM-ASSEJUR - Assessoria Jurídica - A/C Bruna M.

**Data:** 04/08/2023 às 10:31:17

Prezada,

Venho por meio deste, solicitar parecer jurídico referente ao pedido de dilação de prazo ao referido processo.

Para tanto, segue anexo minuta do termo aditivo, bem com toda documentação para análise.

Fico no aguardado da manifestação desta assessoria jurídica.

—

**Altair da Silva Pereira**

*Chefe de Divisão de Licitação*

**Anexos:**

1\_ADITIVO\_PRORROGACAO.docx

1\_termo\_aditivo\_de\_prorrogacao\_de\_prazo\_ao\_contrato\_140.pdf

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2022**  
**PROCESSO Nº 5722/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2022**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A EMPRESA T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO, TENDO POR OBJETO A DILAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL.**

**1. OBJETO DO CONTRATO:**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CORTE DE ÁRVORES**

**2. CONTRATANTE**

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba - Paraná, CEP 85.440-000, representada pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, residente e domiciliado nesta Cidade, inscrito no CPF 600.760.209-59.

**3. CONTRATADO (A):**

**T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.835.681/0001-85, situada na Rua Benjamin Constant, 220, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná.

**4. OBJETO DO ADITIVO**

Prorrogar a vigência do contrato em 12 meses, passando o término do mesmo para 24 de agosto de 2024, sem acréscimo de valores.

**5. PREVISÃO LEGAL:**

A prorrogação fundamenta-se no art. 57, § 1º, inciso II da Lei 8.666/93.

**6. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, todas as cláusulas e condições do Contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo e que com este não conflitem, as quais são ratificadas pelas partes neste ato.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor.

Ubatuba, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2023.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito

Contratante

**T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO**

Representante Legal

Contratada

## Proc. Administrativo 5- 1.885/2023

---

**De:** Bruna M. - PGM-ASSEJUR

**Para:** SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

**Data:** 15/08/2023 às 14:58:01

**Setores envolvidos:**

GP, PGM-ASSEJUR, SEMAD-LICIT, SEMSUP, SEMSUP-CLIXO, SEMFIP -CONT

### PRORROGAÇÃO CONTRATO DE CORTE

Segue parecer jurídico. Favor verificar a fundamentação jurídica descrita na minuta.

Att

—

**Bruna Correa Malheiro**  
*Advogada Pública*

**Anexos:**

PJ\_140\_22.pdf



## **PARECER JURÍDICO**

**Processo Licitatório nº 5722/2022**

**1º Termo Aditivo ao Contrato 140/2022**

A Divisão de Licitação e Contratos submete a Assessoria Jurídica do Município de Ubiratã, solicitação de parecer jurídico referente ao 2º termo aditivo ao contrato nº 91/2021, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE UBIRATÃ e T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO, tendo por objetivo a prorrogação de vigência do contrato.

Pretende o município, através da elaboração do 1º Termo Aditivo do contrato 140/2022, a prorrogação de vigência do mesmo pelo prazo de doze meses, passando o término do mesmo para 24 de agosto de 2024.

O aditivo acima mencionado, segundo a responsável pela Secretaria solicitante, se dá em virtude da necessidade de prorrogação do prazo de vigência do contrato.

É o relatório do necessário, passamos a opinar.

Salienta-se, inicialmente, que a presente análise está adstrita aos aspectos jurídicos que permeiam a solicitação objeto dos autos, estando ressalvados, desde logo, quaisquer aspectos técnicos, econômicos, financeiros e/ou orçamentários não abrangidos pela alçada desta Assessoria Jurídica.

O respectivo aditivo pugna pela prorrogação da vigência de contrato, a lei excepcional permite tal prorrogação ou extensão do contrato, segundo os rígidos pressupostos que a mesma impõe, ou ainda se preveja sua duração por prazo superior, no momento de sua formalização houve essa previsão, a qual foi utilizada de forma sabia.

Nos ditames da Lei Federal nº 8.666/93 a mesma em seu art. 57, II, dispõe sobre a permissividade da prorrogação:

Art. 57. A duração dos contratos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

“II. A prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos

com vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para administração, limitada a sessenta meses”.

(...)

§ 2º- Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.”

A justificativa prevista no § 2º já foi tema de discussão no tribunal de Contas da União que assim ementou:

“ D.O.U: 28.04.2006 Seção: 1 Pagina (s): 165 Ementa: O TCU posicionou-se quanto à necessidade de se cumprir o disposto no art. 57, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, nas prorrogações de prazos de contratos, justificando-as por escrito e inserido no processo a autorização da autoridade competente, anteriormente à celebração do respectivo termo aditivo ( item 9.5.10, TC -010.666/2002-1, Acórdão nº 992/2006- TCU- 2ª Câmara);”

Trata-se do primeiro pedido de prorrogação do mencionado contrato, portanto dentro dos limites permitidos por lei.

Por consequência, visto estar a contratada cumprindo os requisitos necessários impostos, e visto que ambas as partes vislumbram interesse em prorrogar a vigência contratual e que de acordo com o contrato, há tal possibilidade sendo ela legalmente presumível e viável.

O Tribunal de Contas da União, em seu manual de Licitações e Contratos, instrui:

Prorrogações de prazos de duração dos contratos deverão estar devidamente justificados em processo administrativo e serem previamente autorizadas pela autoridade competente para assinatura do termo contratual.

Admite-se também prorrogação de prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratual, desde que

mantidas as demais cláusulas do contrato e preservado o equilíbrio econômico-financeiro da avença.

Logo, é necessário que toda e qualquer prorrogação de prazo contratual observe, no mínimo, os seguintes pressupostos:

- Existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato;
- Objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;
- Interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;
- Vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo;
- Manutenção das condições de habilitação pelo contratado;
- Preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado (Manual de Licitações e Contratos do TCU, 2010, p 765-766).

No presente requerimento de termo aditivo apresentado, solicitando a prorrogação da vigência do contrato pelo período de doze meses, entendo que aliada as justificativas apresentadas, a sua prorrogação é o que mais atende o interesse público.

Assim sendo, em conformidade com supracitado dispositivo legal, temos a especificação da possibilidade de prorrogação do prazo contratual.

Destarte, nenhum motivo resta que possa impedir o aditamento contratual, seja do ponto de vista legal ou do ponto de vista que tenha maior vantagem.

*EX POSITIS*, diante do que restou consignado, não havendo impedimento legal, opino pela possibilidade jurídica de realização do aditivo requerido, referente ao contrato de nº 140/2022, processo licitatório nº 5722/2022, caso tenha disponibilidade financeira para a realização do mesmo, vez que, a situação concreta está devidamente justificada, nos termos da Lei 8.666 de 1993.

É o parecer.

Ubiratã, 15 de agosto de 2023.

***Bruna Correa Malheiro***

***Advogada Pública***

***OAB/PR 88.976***



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9BF7-137C-D2F7-B755

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRUNA CORREA MALHEIRO (CPF 063.XXX.XXX-23) em 15/08/2023 14:58:28 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/9BF7-137C-D2F7-B755>

**De:** Thiago G. - SEMAD-LICIT

**Para:** -

**Data:** 18/08/2023 às 11:08:38

Anexos certidão negativa municipal e certidão de regularidade do FGTS atualizada

—

**Thiago Dadalto Gimenez**

Divisão de Licitação

**Anexos:**

000000000000837818082023105738105738390.pdf

Consulta\_Regularidade\_do\_Empregador.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ  
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

6390/2023

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

NOME.....: T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO  
CPF/CNPJ...: 15.835.681/0001-85  
FINALIDADE: Licitação

CERTIFICAMOS, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE REVENDO OS REGISTROS DE INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA, REGISTROS CADASTRAIS DE IMPOSTOS E TAXAS DESTA PREFEITURA, CONSTATAMOS QUE O CPF/CNPJ ACIMA INFORMADO, NÃO POSSUI DÉBITOS PENDENTES COM A FAZENDA MUNICIPAL, ATÉ A PRESENTE DATA, FICANDO RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL EXIGIR À QUALQUER TEMPO AS PENALIDADES PECUNIÁRIAS NÃO LANÇADAS A DATA DESTA.

VALIDADE:17/09/2023

Código de Autenticidade:702927293702927

UBIRATÃ EM 18/08/2023

Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 15.835.681/0001-85  
**Razão Social:** T DA COSTA MARIA PAISAGISMO  
**Endereço:** R BENJAMIN CONSTANT 220 / JD PANORAMA / UBIRATA / PR / 85440-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 13/08/2023 a 11/09/2023

**Certificação Número:** 2023081301303864273291

Informação obtida em 18/08/2023 10:56:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

## Proc. Administrativo (Nota interna 18/08/2023 13:53) 1.885/2023

---

**De:** Karla S. - SEMSUP

**Para:** -

**Data:** 18/08/2023 às 13:53:40

**Setores envolvidos:**

GP, PGM-ASSEJUR, SEMAD-LICIT, SEMSUP, SEMSUP-CLIXO, SEMFIP -CONT

### PRORROGAÇÃO CONTRATO DE CORTE

Boa tarde,

Segue declaração em anexo

—

**Karla Tatiane Macario de Oliveira Dos Santos**

**Anexos:**

MODELO\_RELATORIO\_DE\_FISCALIZACAO\_DE\_CONTRATO.pdf



## **MANIFESTAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 140/2022

CONTRATADO: T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO

CNPJ nº 15.835.681/0001-85

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5722/2022

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CORTE DE ÁRVORES.

NOME DO FISCAL: José Antônio Torres

CARGO: Chefe de Divisão de Serviços Urbanos

LOTAÇÃO: Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação

Declaro que, durante o período de fiscalização, a contratada prestou os serviços de forma regular, com a qualidade esperada, obedecendo aos prazos estabelecidos na cláusula sexta do contrato, assim como atendendo ao disposto no detalhamento dos serviços previstos na cláusula segunda do contrato. Declaro ainda que a contratada cumpriu as obrigações previstas na cláusula sétima do contrato, a contratada cumpre as condições do contrato e do edital com serviços que atendem as exigências básicas da legislação; mantém sua regularidade fiscal e trabalhista; os serviços prestados estão dentro dos padrões estabelecidos pelas normas técnicas; Dessa forma, sou favorável ao aditivo visando a prorrogação da vigência contratual.

Ubiratã, 18 de Agosto de 2023.

---

José Antônio Torres dos Santos



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6BD3-3474-CC88-4993

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ ANTONIO TORRES DOS SANTOS (CPF 467.XXX.XXX-68) em 18/08/2023 13:59:23  
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/6BD3-3474-CC88-4993>

**De:** Thiago G. - SEMAD-LICIT

**Para:** -

**Data:** 18/08/2023 às 15:06:12

Segue anexo termo aditivo assinado pelo prefeito. Solicito assinatura da empresa no termo para formalização.

—

**Thiago Dadalto Gimenez**

Divisão de Licitação

**Anexos:**

1\_ADITIVO\_PRORROGACAO\_ASSINADO.pdf

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5722/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2022**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A EMPRESA T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO, TENDO POR OBJETO A DILAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL.**

**1. OBJETO DO CONTRATO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CORTE DE ÁRVORES.

**2. CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba - Paraná, CEP 85.440-000, representada pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio.

**3. CONTRATADO (A):**

T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO, inscrita no CNPJ sob o nº 15.835.681/0001-85, situada na Rua Benjamin Constant, 220, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná.

**4. OBJETO DO ADITIVO**

Prorrogar a vigência do contrato em 12 meses, passando o término do mesmo para 24 de agosto de 2024, sem acréscimo de valores.

**5. PREVISÃO LEGAL:**

A prorrogação fundamenta-se no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

**6. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, todas as cláusulas e condições do Contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo e que com este não conflitem, as quais são ratificadas pelas partes neste ato.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor.

Ubatuba, 18 de agosto de 2023.

**FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:600  
76020959**

Assinado de forma  
digital por FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:60076020959  
Dados: 2023.08.18  
14:41:02 -03'00'

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito  
Contratante

**T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO**  
Representante Legal  
Contratada

**De:** Thiago G. - SEMAD-LICIT

**Para:** -

**Data:** 22/08/2023 às 15:59:26

Termo aditivo assinado pela empresa

**Anexos:**

1\_ADITIVO\_PRORROGACAO\_ASSINADO.pdf

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5722/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2022**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A EMPRESA T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO, TENDO POR OBJETO A DILAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL.**

**1. OBJETO DO CONTRATO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CORTE DE ÁRVORES.

**2. CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba - Paraná, CEP 85.440-000, representada pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio.

**3. CONTRATADO (A):**

T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO, inscrita no CNPJ sob o nº 15.835.681/0001-85, situada na Rua Benjamin Constant, 220, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná.

**4. OBJETO DO ADITIVO**

Prorrogar a vigência do contrato em 12 meses, passando o término do mesmo para 24 de agosto de 2024, sem acréscimo de valores.

**5. PREVISÃO LEGAL:**

A prorrogação fundamenta-se no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

**6. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, todas as cláusulas e condições do Contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo e que com este não conflitem, as quais são ratificadas pelas partes neste ato.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor.

Ubatuba, 18 de agosto de 2023.

**FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:600  
76020959**

Assinado de forma  
digital por FABIO DE  
OLIVEIRA  
DALECIO:60076020959  
Dados: 2023.08.18  
14:41:02 -03'00'

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito  
Contratante

**T DA COSTA  
MARIA  
PAISAGISMO:15  
835681000185**

Assinado de forma digital  
por T DA COSTA MARIA  
PAISAGISMO:1583568100  
0185  
Dados: 2023.08.21  
09:48:55 -03'00'

**T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO**  
Representante Legal  
Contratada

**De:** Thiago G. - SEMAD-LICIT

**Para:** -

**Data:** 23/08/2023 às 13:40:50

Publicação do extrato do termo aditivo no jornal oficial do município

—

**Thiago Dadalto Gimenez**

Divisão de Licitação

**Anexos:**

1826.pdf



# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

TERÇA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2023

EDIÇÃO ESPECIAL 1.826- ANO: XVIII

Página 2 de 6

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6201/2023.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 118/2023.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de propulsora pneumática para a Secretaria de Viação e Serviços Rurais.

4. FORNECEDOR: P.F MEOTTI LICITACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.133.591/0001-97, situada na Rua Álvaro Tolentino, nº 30 - Box 88, CEP 88.101-240, Campinas, São Jose, Estado de Santa Catarina.

VALOR: R\$-3.180,00(três mil cento e oitenta reais).

5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 18/08/2023.

6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/08/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 22 de agosto de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2023**

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.786.517/0001-01.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6184/2023.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de registradores eletrônicos de ponto, para registro do ponto dos agentes públicos do Município de Ubatuba, conforme solicitação das Secretarias de Educação e Cultura e da Administração.

VALOR: R\$-54.720,00(cinquenta e quatro mil setecentos e vinte reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2023**

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): EJ BALMANT AGENCIA DE VIAGENS ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.211.195/0001-23

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6193/2023.

OBJETO: Contratação de operadora ou agência de viagens para cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais.

VALOR: R\$ 39.780,00 (Trinta e nove mil setecentos e oitenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2023**

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): OFFICER MOVEIS E ELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.925.642/0001-03.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6189/2023.

OBJETO: Aquisição de moveis planejados para a cozinha da Capela Mortuária da Yolanda.

VALOR: R\$-6.650,00 (seis mil seiscentos e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2023**

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): VIOLA MIX MÓVEIS - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 36.953.803/0001-08.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6181/2023.

OBJETO: Aquisição de bancadas e prateleiras em madeira para a borracharia e oficina da Secretaria de Viação e Serviços Rurais.

VALOR: R\$-14.000,00(quatorze mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 22/08/2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2023**

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): P.F MEOTTI LICITACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.133.591/0001-97.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6201/2023.

OBJETO: Aquisição de propulsora pneumática para a Secretaria de Viação e Serviços Rurais.

VALOR: R\$-3.180,00(três mil cento e oitenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 22/08/2023.

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2022**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5722/2022.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CORTE DE ÁRVORES.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10.

CONTRATADA: T DA COSTA MARIA - PAISAGISMO, inscrita no CNPJ sob o nº 15.835.681/0001-85.

FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogar a vigência do contrato em 12 meses, passando o término do mesmo para 24 de agosto de 2024, sem acréscimo de valores.

PREVISÃO LEGAL: Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2023.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online.